

## Editorial

Este número reúne cinco estudos que, tomados em conjunto, desenharam um arco que vai da crítica lógico-linguística aos modos de aparecimento do político. A trajetória assume deliberadamente um percurso em “camadas”: parte de problemas de forma e referência na linguagem, atravessa a experiência e suas figurações fenomenológicas, reencontra a mediação hermenêutica da obra de arte e desemboca, por fim, no regime estético-político da partilha do sensível e nas aporias da democracia contemporânea. Ao fazê-lo, os textos aqui reunidos não apenas cotejam autores canônicos — Wittgenstein, Frege, Stein, Beauvoir, Heidegger, Gadamer e Rancière —, mas também exploram tensões estruturais entre simples/complexo, natureza/experiência, forma/tempo e dissenso/consenso. O resultado é uma constelação em que problemas técnicos e conceituais iluminam, reciprocamente, a espessura histórica e normativa da vida comum.

Nessa medida, abrimos o primeiro número do ano de 2025 com **Reparos linguísticos na geringonça lógica**, de *Gustavo Oliveira Fernandes Melo* (UEL), que retorna ao *Grundgedanke* wittgensteiniano para escrutinar uma questão decisiva: é possível falar de um “princípio do contexto” anterior à sua formulação explícita? O argumento articula três movimentos. Primeiro, a reconstrução do modo como o *ProtoTractatus* e o *Tractatus* restringem o alcance do princípio aos nomes próprios — ponto que contrasta com a amplitude encontrada em Frege — e como isso afeta a distinção entre o simples e o complexo. Segundo, a análise do *stroke* de Sheffer como solução para a representação das constantes lógicas, iluminando o abandono do projeto de “corrigir” o *Principia*. Terceiro, a tese de que não há “variáveis reais” nas proposições da lógica, o que reconfigura a relação entre forma lógica e ontologia do objeto. Ao deslocar a pergunta de um plano meramente técnico para um horizonte ontológico mais problemático, o artigo nos lembra que toda engenharia simbólica supõe escolhas metafísicas, ainda que tácitas.

A seguir, **A fenomenologia e a ‘natureza feminina’: de Edith Stein a Simone de Beauvoir**, de *Luciane Luisa Lindenmeyer* (UNISINOS),

confronta um dos pontos mais delicados do legado fenomenológico: a recusa de uma natureza entendida como soma de disposições orgânicas e psicológicas, em favor de uma descrição das condições de aparecimento. A autora mapeia convergências e dissonâncias entre Stein e Beauvoir no esforço de articular “natureza feminina” e existência situada. A análise se organiza em torno de quatro eixos — *natureza, imanência, devir e intersubjetividade* —, para mostrar que uma motivação comum (a tematização fenomenológica da “condição feminina”) não implica soluções compatíveis. Ao evidenciar as incompatibilidades conceituais, o texto evita o ecumenismo fácil e devolve à fenomenologia sua vocação crítica: descrever sem reduzir, situar sem naturalizar, historicizar sem dissolver a experiência. O debate aqui proposto não é retrospectivo; ele incide diretamente nas disputas contemporâneas sobre diferença sexual, agência e normatividade.

No terceiro movimento, **A purificação pelo tempo: sobre a incorporação da ‘Katharsis’ por Hans-Georg Gadamer em *Wahrheit und Methode***, de Enrique Nuesch (UNESPAR), recoloca a catarse no centro da ontologia gadameriana da obra de arte. Em diálogo com a analítica temporal de *Sein und Zeit* e com a leitura gadameriana da *Poética* e da *Retórica* aristotélicas, o artigo sustenta que a *Reinigung* (tradução e deslocamento operados por Gadamer) porta uma marca temporal decisiva: uma remissão ao futuro que inscreve na experiência estética um processo formativo e ético. Por meio de analogias e metáforas cuidadosamente rastreadas, o autor mostra que, em *Verdade e Método*, a catarse não se resolve em descarga emocional nem em moral pedagógica; ela é antes uma “purificação pelo tempo”, na qual a obra nos abre à historicidade do compreender. Esse gesto hermenêutico retoma, por outra via, a tensão simples/complexo: a “forma” da obra não é um objeto dado, mas um acontecer temporal que nos transforma.

As duas contribuições seguintes deslocam o foco para a obra de Jacques Rancière, tomando, em sequência, o regime estético e suas implicações políticas. Em **Literatura e política em Jacques Rancière: a partilha do sensível e o vislumbre da emancipação**, Michelly Alves Teixeira (UnB) explora a fórmula “política da literatura” para interrogar a função do saber e do escritor. O texto destaca que a literatura, longe de

permanecer nos “gabinetes”, ganha aposta pública quando participa da reconfiguração dos perceptíveis e dos dizíveis — isto é, quando mexe nas linhas do comum. A noção de *partilha do sensível* opera aqui como chave para entender como o regime estético abre possibilidades de redistribuição dos lugares, das vozes e dos tempos: o “sem parte” aparece, fala, ocupa o espaço. Ao enfatizar o trânsito da literatura entre espaços privilegiados e as “barracas ao léu”, a autora afirma uma estética que é, desde dentro, uma política da emancipação.

Encerrando a seção de *artigos*, **A democracia apolítica na contemporaneidade segundo Jacques Rancière**, de *Luis Felipe Garcia Lucas* (UEL), tensiona o presente a partir da crítica rancieriana do *consenso*. Se a política é constitutivamente dissenso, então os arranjos contemporâneos que buscam neutralizá-lo — em nome da harmonia das partes — minam o próprio princípio que pretendem realizar. O artigo sustenta que as democracias atuais se organizam sob uma lógica oligárquica de distribuição do poder, que esvazia o litígio e bloqueia a aparição daquilo que não contava como parte. A denúncia do “consenso” como despolitização indica não um impasse, mas um critério de avaliação: onde não há lugar para o conflito sobre a contagem das partes, não há política. Em diálogo direto com o estudo anterior, esta contribuição mostra por que uma determinada concepção de estética do comum é condição de possibilidade — e medida crítica — das práticas democráticas.

Compõe a seção de *traduções*, a tradução para o português de um estudo de *Jaco Beyers* (Universidade de Pretória) sobre Ludwig Feuerbach, que reexamina a crítica feuerbachiana da religião — compreendida como projeção das qualidades humanas — e a sua inflexão materialista-naturalista em contraste com o idealismo hegeliano, situando-a no horizonte pós-teísta contemporâneo (em diálogo, entre outros, com a proposta de Alain de Botton). A versão vertida ao português por *Kelvin Amorim de Melo* (PUC-RS), **Feuerbach, religião e pós-teísmo**, preserva a precisão conceitual e o rigor argumentativo do texto original em inglês, mantendo a terminologia filosófica e teológica necessária para a fidelidade exegética e para o debate atual sobre fé, secularização e o lugar da transcendência.

Se há um fio que percorre estes textos, ele pode ser enunciado assim: as formas contam. Contam na engenharia da linguagem que torna pensável o mundo (Wittgenstein, Frege, Sheffer), contam na descrição rigorosa das experiências situadas que recusam o naturalismo raso (Stein, Beauvoir), contam no acontecer temporal que nos educa pela obra (Gadamer) e contam, decisivamente, na disputa sobre o que pode ser visto, dito e feito no espaço comum (Rancière). Longe de opor “técnico” e “político”, o número evidencia sua íntima co-implicação: escolhas de formalização (o que é simples? o que é variável? o que é constante?) ressoam na forma como reconhecemos sujeitos e práticas; e inversamente, o modo como repartimos o sensível realimenta nossos critérios do que vale como forma, regra, exceção.

A ordenação proposta — lógica/linguagem → fenomenologia → hermenêutica → estética/política → política — pretende tornar visível esse trânsito. Lemos assim o conjunto como um itinerário: dos reparos conceptuais que afinam a geringonça lógica, passamos ao ajuste fenomenológico das descrições, alcançamos a prova hermenêutica do tempo e, então, testamos na arena pública os limites e possibilidades de nossas formas — primeiro no regime estético da literatura, depois na gramática democrática do dissenso.

Convidamos, portanto, a leitora e o leitor a percorrer este labirinto com a atenção de quem sabe que, a cada dobra da forma, também se desloca uma política do sensível. Se o número tem uma aposta comum, é esta: não há emancipação sem trabalho de forma — seja na linguagem, na experiência, na arte ou na democracia.

Que a leitura permita ver / escutar / ouvir, com mais nitidez, onde as nossas formas ainda servem, onde falham, e onde precisam ser reinventadas.

Boa leitura!

Jade Oliveira Chaia  
*Editora Associada*